

# RELIGIOSIDADES, PRÁTICAS RELIGIOSAS E DESIGUALDADES SOCIAIS (1940 E 2000)

Paulo Roberto de Almeida

Doutor pela Pontifícia Universidade Católica-SP e Professor Titular da Universidade Federal de Urbelândia

[p.r.almeida@uol.com.br](mailto:p.r.almeida@uol.com.br)

Rodrigo Lopes

Mestre pela Universidade Federal de Urbelândia e Professor do Centro Universitário UNA

[lopesrbr@gmail.com](mailto:lopesrbr@gmail.com)

Recebido em: 08/08/2014 – Aceito em 05/10/2014

## Resumo:

O presente artigo é um avanço nas discussões iniciadas na produção da dissertação de mestrado “Olhares sobre a Umbanda”, concluído em 2012. Como proposta, trata-se de uma leitura com referenciais marxistas, interpretando a umbanda como um fazer social, em que trabalhadores estabelecem diferentes formas de se relacionarem com a cidade, seja por meio de enfrentamento e lutas, seja por meio da aceitação e resilição. Assim, o ritual da umbanda e a cosmogonia desta religião assumem um papel secundário, pois é mais importante identificar a experiência social elaborada pelos sujeitos e as pressões que se desenvolvem da cidade contra estes grupos.

## Abstract:

This article is a breakthrough in the discussions initiated in the production of the dissertation “Perspectives on Umbanda”, concluded in 2012. As proposed, it is a reading with Marxist reference, interpreting Umbanda as a social do, where workers establish different ways of relating to the city, whether through confrontation and struggle, either through the acceptance and termination. Thus, the ritual of Umbanda and the cosmogony of this religion play a secondary role, it is more important to identify the social experience elaborated by the subjects and the pressures that develop the city against these groups.

## INTRODUÇÃO

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Karl Marx

Nos últimos anos, pesquisamos a temática da religiosidade com o objetivo de compreender como os trabalhadores elaboram sentidos e significados para os diferentes enfrentamentos diários. Conhecer as especificidades de como os trabalhadores elaboram, enfrentam e resistem as muitas pressões que compartilham, pode indicar algo que está para além de uma prática religiosa determinada. É entender o trabalhador fora do ‘chão da fábrica’, em sua dimensão cultural, quando é capaz de elaborar meios de expressar e protestar diante da miséria real na qual vive.

Estudar a prática da umbanda em uma cidade do interior de Minas Gerais pode proporcionar uma leitura de como *homens e mulheres* expressam uma condição social e cultural e, ao mesmo tempo, protestam contra a miséria real. Como reflexo de uma relação dialética, em que diferentes grupos constituem as muitas lutas estabelecidas na e pela sociedade, trabalhadores tem experimentado no contexto religioso um caminho para expressar/protestar o/contra mundo em que vivem.

Durante a produção da dissertação de mestrado, compartilhamos o cotidiano de muitos praticantes da umbanda em Uberlândia/MG. A proposta do trabalho, a época, foi o de identificar os *umbandistas* como trabalhadores, pensá-los fora do chão do terreiro e em meio ao espaço urbano. Trata-se de uma cidade que em suas

contradições elege para si a imagem do progresso, construindo isto sobre os escombros de uma política reacionária e de tradições arcaicas. Em meio a isto, grupos são marginalizados historicamente, sendo um destes os praticantes do culto umbandista.

A umbanda foi uma prática que extrapolou os limites dos quintais, proporcionando articulações entre praticantes e não praticantes ainda na década de 1940 e 1950. Ao observar a trajetória de mulheres e homens (mais mulheres do que homens), como a de Dona Irene Rosa, nota-se que a religiosidade foi um *meio* para a materialidade da socialização entre diferentes sujeitos, que na ausência de qualquer projeto social da cidade, respondiam com a articulação e com a busca em garantir melhores condições.

As palavras e silêncios de umbandistas, como “Mãe Irene”, “Pai Pedrinho”, “Pai Sérgio” descrevem as contradições experimentadas pelos praticantes que vivem a cidade por meio da tensão social e cultural. Apesar dos rituais, das festas e do viver a umbanda ocupar boa parte das entrevistas, a preocupação com tudo isto é secundária, pois é mais necessário identificar e problematizar o espaço social e os significados elaborados pelas práticas e praticantes do culto. Como estes sujeitos lidam com a cidade, que nega a prática como pertencente a esta; e como Uberlândia identifica e lida com os umbandistas que são ora ‘abstratos’, ora exóticos, ora ‘estrangeiros’, ora criminosos. Para identificar como condição de luta (de classes) que tais práticas se constituem na cidade, não escolhemos o ritual da umbanda, ou cores, aromas, sabores como o meio mais ‘eficaz’ para problematizar a relação entre praticantes x cidade. O ritual, como já dito, não é protagonista neste texto.

O destaque aqui é para as disputas estabelecidas pelo poder público contra a prática e praticantes, que utilizou de diferentes mecanismos para cercear e conduzir umbanda/umbandistas para lugares específicos. Pretendemos apresentar evidências que mostram como em dois momentos distintos, décadas de 1940/1950 e de 2000, é possível identificar que mesmo as diferenças históricas alteraram pouco a relação entre um determinado grupo (hegemônico) da cidade contra aqueles que expressam uma parcela dos trabalhadores, que se identificam com as práticas da umbanda como meio de se fazerem presentes na e pela cidade.

O enfrentamento ao culto e aos praticantes é compartilhado e propagado pelo principal meio de comunicação de Uberlândia – o Jornal Correio e pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que atualmente tem utilizado a DIAFRO, Diretoria de Assuntos Afro-Raciais (hoje, COAFRO, Coordenadoria de Assuntos Afro-Raciais), que possuem um histórico com episódios interessantes para analisarmos a relação que a sociedade de Uberlândia estabeleceu/estabelece com umbanda e umbandistas. Neste artigo, vamos considerar como a trama foi elaborada entre estes grupos com o intuito de fortalecer o discurso e a prática de “higienização” da cidade.

### A “Verdadeira ‘gang’”

Verdadeira “gang” e exploradores (e exploradoras) da ignorância deitou raízes na cidade, notadamente nas vilas e nos subúrbios, onde, por arte de bruxarias, curandeirismo e baixo espiritismo, tem iludido incautos pessoas de boa fé, burlando com isso as leis e a polícia. Chamamos a atenção das autoridades policiais para a atuação nefasta desses indivíduos sem escrúpulos, cuja atuação chega até mesmo a cobrar com vidas, seu preço. “Quimbanda”, “despacho”, baixo espiritismo, curandeirismo, “buena-dicha” (sic) e outros embustes tens punições nos códigos, a Radiopatrulha está aí. Basta a Regional deter e processar indivíduos dessa natureza.<sup>3</sup>

<sup>3</sup>CURANDEIRISMO e bruxaria dominando as vilas. Correio de Uberlândia, Uberlândia, p. 3, 28 out. 1958 APUD RIBEIRO, Raphael Alberto. Almas Enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932 – 1970). Dissertação de Mestrado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

A reportagem publicada pelo Jornal Correio, que utilizo de exemplo para ini-

ciarmos esta discussão, foi publicada em outubro de 1958. Relata, sem meias palavras, o “assédio” que a cidade sofria com o “verdadeiro ataque” de sujeitos dotados da arte da bruxaria, “sem escrúpulos”. O texto é forte, conservador, mas possui uma importante referência: “todos os embustes ‘tens’ punições nos códigos, acionem a Radiopatrulha!”.

A trama entre poder público e imprensa tem um importante nó nesse caso. A reportagem, apesar do tom dramático, possui uma referência que a valida, pois é bem verdade que há punições nos códigos e, sim, a prática dos cultos umbandistas era caso de se chamar a radiopatrulha.

#### Título IV

#### Polícia e segurança pública

#### Capítulo 1

Artigo 98 – são considerados lícitos os jogos de calculo e verdadeiramente carteados, como: voltarete, Boston, solo, manilha, xadrez, dominó, gamão, damas; e os de exercício physico, como: bilhar, bagatella e semelhantes.

Art. 99 – são considerados jogos illicitos: o lasquinet, a estrada de ferro, o trinta e um, vinte e um a roleta, primeira pacau, **búzio**, pinta, vermelhinha e outros reconhecidamente como taes.

Único – As pessoas que derem esses jogos, em qualquer parte deste município, são passiva da multa de 100\$ e de 50\$ cada um dos jogadores, além das penas do Código Pessoal.

(...)

Art. 117 – são prohibidos os sambas, batuques, cateretês e outras dansas sapateadas e tumultuosas, dentro das povoações, sem o pagamento do respectivo imposto e licença da polícia, multa de 10\$ ao dono do divertimento e dispersão do ajuntamento.<sup>4</sup>

O Código de Posturas de Uberlândia revela, desde seu primeiro livro em 1898, uma preocupação em classificar qualquer manifestação ou aglomerado de populares como *prohibidas*. Apesar de não apontar ou ter como referência qualquer religião, há uma distinção clara (sobretudo nos códigos elaborados posteriormente) entre eventos familiares realizados nos elegantes clubes e as festas e aglomerações populares. Na década de 1950, como a ‘preocupante’ manchete do Jornal Correio apontou, Uberlândia já tinha um número significativo de terreiros de umbanda instalados na periferia, o que reforçava as preocupações políticas em classificar e categorizar os *batuques, congados e outros divertimentos, congêneres na cidade* como expressamente proibidos.

Art. 74 – É expressamente proibido, sob pena de multa:

(...)

II – promover batuques, congados e outros divertimentos, congêneres na cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação os bailes e reuniões familiares.<sup>5</sup>

Ora, é curioso destacar que o mesmo Jornal que pregava a prisão dos *vigaristas*, inseria notas publicitárias de cartomantes e outros adivinhos. A diferença seria por estes anúncios serem de ‘profissionais’ da capital paulista? A ode a modernização aparecia em diferentes manchetes do mesmo veículo de comunicação, mesmo em notícias que normalmente tal relação seria impossível.

4ESTATUTO de Leis. Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Estado de Minas Gerais. 1898 – 1903.

5CÓDIGO de Posturas Municipais. Lei nº 95/50. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1950.

Morto a pauladas um homem de cor preta – a despeito do mister que envolve esse drama, a polícia está na pista dos criminosos.

Afirmar os entendidos que o noticiário policial de uma cidade é o termômetro do seu progresso.

A ser verdade essa afirmativa, nós podemos dizer sem medo de errar, que Uberlândia está vivendo a vida das grandes metrópoles.<sup>6</sup>

A prática da umbanda, no contexto de uma cidade do interior que busca se firmar como ‘progressista’, torna-se um inconveniente. Ou mesmo, um caso para a radiopatrulha resolver. Tal prática não é aceita como uma experiência religiosa da cidade na década de 1950, nem mesmo na década de 2000. Ao observar outra religiosidade, o espiritismo kardecista, nota-se como a cidade estabeleceu um tratamento absolutamente diferente, elaborando uma identificação com as ideias de Kardec. A Associação Espírita de Uberlândia, com importantes laços com o poder público e outros grupos políticos da cidade, construiu na década de 1940 um sanatório, com a capacidade de atendimento para 17 pacientes ao ano (RIBEIRO, 2006).

Das instituições beneméritas com que conta o patrimônio social de nossa terra, destaca-se pelas finalidades filantrópicas o Sanatório Espírita, destinado ao tratamento de dementes.

Creado por um grupo de abnegados filantrópicos, em que o sentimento de humanidade cristã à luz meridiana da doutrina espírita se empunha aos seus elevados sentimentos para com o próximo, ergueram esse monumento de piedade que agasalha a todos sem exceção, ricos e pobres igualados ali, quer pelo infortúnio, quer pela assistência absolutamente gratuita conseguida à custa de insanos sacrifícios entre as pessoas de coração bem formado e que em todas as ocasiões estão aptas a compreender seus deveres para com o próximo, facultando de sua abastança e da sua felicidade, um pouco que mitigue a dolosa trajetória de seres humanos que o destino marcou neste mundo de sofrimentos e lágrimas.<sup>7</sup>

O texto do jornal, que se assemelha a cartas psicografadas, serve para anunciar a conclusão das obras e o início das atividades do Sanatório Espírita. Abro parênteses para descrever a construção de outro espaço ‘assistencialista’ que foi erguido na mesma época, mas sem notas no Jornal Correio ou mesmo a presença ‘iluminada’ dos políticos uberlandenses.

No bairro Martins, constituído por operários e localizado a época (década de 1940) na periferia de Uberlândia, moradores uniram esforços, promovendo rifas, festas e diferentes formas de arrecadação para edificarem a ‘Tenda Coração de Jesus’, terreiro umbandista que ainda está localizado no mesmo endereço. A organização se deu, principalmente, por Irene Rosa, conhecida como Mãe Irene. Ao término da construção, o local serviu para “atendimento hospitalar”, creche para filhos dos trabalhadores, escola para jovens e espaço de reunião dos moradores do bairro, quando dali partiu inúmeras reivindicações para o ‘senhor prefeito’ (LOPES, 2010). Se os jornalistas se interessassem em conhecer o *terreiro* à época, descobririam que o atendimento a 17 pacientes era em *dias* tranquilos.

Em 1967, um novo Código de Posturas mudaria a prática de cultos e *outras aglomerações* da sessão de Segurança Pública para a sessão Ambiental. Essa importante mudança *poderia* resultar em um novo tratamento, concedendo equidade aos diferentes cultos e religiões praticadas na cidade.

<sup>6</sup>A CIDADE abalada por um crime de morte. Jornal Correios. 3 de dezembro de 1940.

<sup>7</sup>SOCORRAMOS o Sanatório Espírita de Uberlândia. Correio de Uberlândia . p. 2, 27 jul. 1946.

## CAPÍTULO VI DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 133. As igrejas, templos ou casas de culto franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 134. Nos locais a que se refere o artigo 133, não poderão conter maior número de assistentes a qualquer de seus ofícios do que a lotação comportada por suas instalações.

Art. 135. As igrejas, templos e casas de culto não poderão, com suas cerimônias, cânticos e palmas, funcionar após às 22:00 horas, com exceção do dia 24 de dezembro.

Parágrafo único. Os locais referidos no “caput” do artigo poderão funcionar após as 22:00 horas desde que solicitada licença à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 136. As igrejas, templos e casas de culto não poderão perturbar os vizinhos com barulhos excessivos que de alguma forma dificultem o desenvolvimento de suas atividades normais, inclusive no período diurno.

Art. 137. Na infração de qualquer dispositivo deste capítulo será imposta multa correspondente ao valor de 4 (quatro) a 14 (quatorze) vezes a UFPU, aplicando-se a multa em dobro na reincidência específica, seguindo-se a apreensão de bens, interdição, cassação de licença de funcionamento e proibição de transacionar com as repartições municipais, conforme o caso.<sup>8</sup>

A alteração *poderia* indicar um novo relacionamento entre poder público e umbandistas, mas outras evidências indicam que a mudança das palavras não indicou alteração do teor da tratativa. A radiopatrulha, seja da polícia, seja os “vizinhos”, continuou como a [predominante] opção de diálogo entre a cidade e o culto/praticantes, como algumas entrevistas realizadas, durante a produção da dissertação, indicam.

Quando eu iniciei esse barracão aqui, é, muitas das vezes quebravam meu telhado, vieram um pessoal da Igreja Universal, que é meu vizinho, com um vidro de sal e circuns... fez uma volta todinha no meu terreno com sal... passavam aqui na porta e chamavam os meninos de casa para ir lá na igreja tirar o capeta.<sup>9</sup>

O código de postura adotado pela prefeitura durante os anos de 1960 permaneceu como referência até a década de 2000. O código emitido em 2009 ainda reforça as restrições quanto à ‘higiene’ e ‘horário’ e busca ressaltar a equidade às diferentes religiões praticadas em Uberlândia. Este tratamento igualitário se desmancha quando observamos as condutas que se desdobraram ao longo da década de 1990 e 2000 para com os terreiros da cidade.

Ao longo da década de 1990 e, principalmente, 2000, os veículos de comunicação ainda ignoravam as centenas de terreiros instalados há décadas na cidade de Uberlândia.<sup>10</sup> A tratativa elaborada pelos veículos de comunicação, se antes era acusar as *gangs* de praticar crimes e, ao mesmo tempo, convocar a radiopatrulha para “limpar” a cidade, na última década os mesmos veículos se expressam com palavras mais “tolerantes”.

Ontem, na lagoa do Parque do Sabiá, cerca de 150 pessoas, membros de várias religiões afro, que preservam as tradições religiosas trazidas pelos povos africanos, ainda no período colonial, fizeram uma homenagem a Iemanjá. Eles ofertaram flores e perfumes à entidade feminina mais respeitada no Candomblé. Participaram do ato diversos terreiros de Uberlândia seguidores de Umbanda e das quatro nações de candomblé (Ketu, Jeje, Angola e Tradição).<sup>11</sup>

<sup>8</sup>CÓDIGO de Posturas Municipais. Lei nº 4744/88 ATUALIZADA. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.

<sup>9</sup>Entrevista concedida em setembro de 2009 pelo Paulo Sérgio Rodrigues, “Pai Sérgio”, aos entrevistadores Dr. Paulo Roberto de Almeida e Rodrigo Lopes.

<sup>10</sup>Segundo a pesquisa realizada na dissertação, a cidade de Uberlândia apresenta cerca de 300 terreiros catalogados pela prefeitura, número que a própria secretaria admite ser 1/3 do número real.

<sup>11</sup>ENCANTO das religiões faz homenagem a Iemanjá. Jornal Correio, 23 de setembro de 2002.



Quase deportados!, a sensação deste trecho remonta a uma ideia de que os ‘membros de várias religiões ‘afro’ chegaram diretamente de povos oriundos da África (sem escalas!), e não de uma procissão que teve origem na e pela cidade de Uberlândia. Ketu, Jeje, Angola e Tradição são nomes de nações que praticam o ‘culto aos orixás’, mas aparecerem como ícones exóticos de uma cultura estranha a Uberlândia. O texto sugere a interpretação de que não se trata de um culto da cidade, muito menos feito por uberlandenses. Sobre a ideia de “cultos afros”, nos perguntamos quando vamos nos referir ao cristianismo como “cultos europeus”.

O mais recente episódio desta trama elaborada por este grupo ‘hegemônico’ sobre o tema ‘umbanda’ se deu com a publicação e distribuição do “Caderno de Orientações”, no ano de 2006. A Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (Seção de Educação Ambiental), a COAFRO (Coordenadoria Afro-Racial de Uberlândia) e a Divisão de Memória e Patrimônio Histórico se uniram na elaboração de uma cartilha, cujo título é “Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana”. O Caderno de Orientações, como também é chamado, descreve como alguns procedimentos devem ser tratados pelos praticantes do culto aos orixás. Em um dos trechos, a cartilha utiliza o seguinte texto:

Os toques e sessões apresentam-se como uma das maiores fontes de queixas e reclamações da parte de vizinhos, especialmente se esses não são adeptos de nossa religião ou se as cerimônias se realizam em dias de semana e se prolongam além do horário tolerado pela lei da Perturbação do Sossego (mais conhecida como Lei do Silêncio), no nosso município, assegurado pela Lei complementar 017/91, principalmente se são usados instrumentos de percussão (tambores).

Nesses casos, devem ser feitas algumas avaliações sobre os tipos de sessões que são realizadas pelas casas religiosas, ou seja, as que usam e as que não usam instrumentos de percussão. As que não usam tambores podem tranquilamente realizar seus cultos sem problemas. As demais devem suspendê-los às 22 horas, procedendo-se ao encerramento sem os atabaques. **Os Orixás e Entidades deverão entender que tal procedimento é fruto da lei humana e que deve ser respeitada.**<sup>12</sup>

Sem desmerecer a Lei do Silêncio, tão importante e ao mesmo tempo desrespeitada por muitos “cidadãos de bem”, é necessário ler como o poder público elabora a leitura sobre orixás e entidades. Não são os praticantes que *devem* entender as leis humanas, mas sim as próprias divindades do culto. O nó desta trama social é apertado em como os veículos de comunicação noticiam a distribuição e apresentação deste documento “orientador”.

Uma ação realizada em conjunto, que envolverá as secretarias municipais de Cultura, Obras, Saúde, Planejamento e Meio Ambiente, além do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), será realizada neste sábado, dia 4, a partir das 8h, em Uberlândia. Trata-se da limpeza das Cachoeiras de Sucupira e dos Namorados, uma atividade que contará com o apoio da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e das federações representativas das religiões afrodescendentes de Uberlândia: Federação Umbandista do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Feutmap), Federação Espírita Umbanda e Candomblé de Minas Gerais (FeucMG) e Federação Umbanda e Candomblé do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Fuctmap).

Além da atividade de limpeza das cachoeiras, comandada por representantes das religiões afrodescendentes da cidade, haverá, também neste sábado, o lançamento do caderno de orientação “A Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana”. De acordo com a secretária municipal de Cultura, Mônica Debs, o objetivo desta cartilha é informar, educar e sensibilizar a população sobre os procedi-

<sup>12</sup>EDUCAÇÃO Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana – Caderno de Orientações. Secretaria Municipal de Cultura, 2006.

mentos dos cultos afros, principalmente no que se refere à colocação de trabalhos religiosos no meio ambiente. “A ação de limpeza das cachoeiras não está sendo interpretada apenas como educação ambiental, mas também como educação patrimonial, já que o conjunto das Cachoeiras de Sucupira e dos Namorados é visto como um importante patrimônio cultural de Uberlândia”, ressaltou a secretária. O conteúdo da publicação dirige-se a toda a população, mas com ênfase especial aos terreiros, seus adeptos e educadores. Segundo a Secretaria de Cultura e a Coordenadoria Afro-Racial (Coafro), a iniciativa de distribuir a cartilha visa estimular a preservação da natureza uma das características fundamentais das religiões de matriz africana. “A ideia é também difundir a compreensão do significado dos procedimentos das religiões afro por parte dos adeptos de outras denominações religiosas. Tudo isto em busca de uma melhoria na qualidade ambiental e, conseqüentemente, na qualidade de vida”, comentou Jeremias Brasileiro, coordenador da Coafro. Os símbolos das religiões de matriz africana estão fortemente ligados à natureza. É por meio dela que o culto se expressa. Água, fogo, ar, terra, vento, raio, trovão, mata, entre outros elementos, são fundamentais para a existência das próprias religiões, cujos rituais devem manter perfeita harmonia com o ambiente natural. Além da limpeza das cachoeiras e da distribuição do caderno de orientação “A Educação Ambiental e a Prática das Religiões de Matriz Africana”, o evento terá distribuição de mudas de pequeno e médio porte e ações educativas relacionadas à dengue e ao uso racional da água.<sup>13</sup>

A leitura que a reportagem propõe pode sugerir a seguinte imagem: com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro presentes, a Prefeitura reúne os “responsáveis” por poluírem a Cachoeira do Sucupira para distribuir uma cartilha explicando como eles devem – a partir da data – realizar o culto aos orixás. Depois da “aula” de educação ambiental, instruiu-se para que limpassem o local e não retornassem com *ebó* nenhum.

Há duas informações importantes na reportagem, que podem colaborar na conclusão deste artigo. O primeiro é a participação na condição de colaboração dos grupos que “representam” os terreiros de Uberlândia. As “Federações”, após entrevistas com os próprios praticantes da umbanda, são um grupo restrito de terreiros identificado pela prefeitura como ‘porta-vozes’. Os diálogos entre poder público e federações revelam a continuidade da luta, que em diferentes momentos e lugares se organizam e reorganizam, mas não abandonam a condição de uma constante tensão.

Toda essa movimentação se faz numa constante tensão. No dizer de Hall (2003), há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual por parte da cultura dominante, cujo propósito é desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular, confinar suas definições e fórmulas dentro de uma gama mais completa de formas dominantes. Mas há também pontos de resistência, momentos de inibição. Esta é a dialética da luta na cultura e pela cultura, em que há sempre posições estratégicas que se conquistam e se perdem.<sup>14</sup>

Observar a presença de determinados grupos umbandistas em meio a produção e distribuição do Caderno de Orientação revela o quanto é complexo a relação entre a cidade que “nega” o culto e os praticantes da umbanda. Em muitas entrevistas, sobretudo com os praticantes que participam das ‘federações’, é evidente o constrangimento quando perguntamos sobre a ‘cartilha’.

Rodrigo, eu penso o seguinte... eu sou totalmente a favor e deve existir mesmo a liberdade religiosa, isso é bacana, mas pessoalmente eu não acho bacana você fazer uma oferenda numa esquina qualquer, num lugar público, por que o seguinte, a

<sup>13</sup>Texto extraído de [http://www.correideuberlandia.com.br/texto/2006/02/02/15912/acao\\_conjunta\\_promove\\_limpeza\\_das\\_cachoeiras\\_de\\_sucupira\\_e\\_dos\\_namorados.html](http://www.correideuberlandia.com.br/texto/2006/02/02/15912/acao_conjunta_promove_limpeza_das_cachoeiras_de_sucupira_e_dos_namorados.html) dia 05/02/2010. AÇÃO conjunta promove limpeza das cachoeiras de Sucupira e dos Namorados Atualizada: 21/05/2008 - 01h09min da ASCOM PMU

<sup>14</sup>KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história In.: Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 119.

minha, o meu direito acaba onde começa o do outro. Então se está incomodando as outras pessoas... por isso existe um lugar mais reservado, ou acredito que até a própria entidade gostaria de um lugar mais calmo, a energia é outra dentro de uma mata, é...a respeito da sucupira, é... isso realmente existe, foi proibido essa questão de colocar oferendas lá... é... dentro dos congressos que tem sido feito, tem sido discutido a questão de não se utilizar o barro, porque isso quando põe na natureza, para decompor, vai séculos e séculos... tem sido discutido para colocar a folha da bananeira no lugar disso... então são, são é... assuntos que vem sendo discutidos nos últimos cinco anos e quem sabem mais pra frente a gente vai ser liberado novamente para estar fazendo essas oferendas né...<sup>15</sup>

Os embates historicamente entre umbandistas e (parte da) cidade proporcionaram, principalmente na última década, uma complexa relação. Se antes a condição única de prática era em quintais improvisados, a religiosidade começou nos últimos anos a ter pequenas aberturas para estar presente no e ao público, mas não como ação social e cultural articulada por trabalhadores da/na Uberlândia e sim como restritos ao ritual colorido e/ou pela proteção ao meio ambiente. Eis como os homens fazem a própria história, mas fazem sob as condições que fogem da própria escolha, mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente e legadas pelo passado.

O segundo aspecto presente na reportagem está no silêncio, no não dito. O mesmo Rio Uberabinha que proporciona a Cachoeira do Sucupira é utilizado, quilômetros a frente, como esgoto dos maiores frigoríferos da região. Mesmo após desmatar a mata ciliar e reflorestar com eucalipto, os conglomerados alimentícios não receberam cartilha de orientação ou foram convidados para participar da limpeza do rio que poluem por décadas. Em poucas horas, milhares de frangos são abatidos nas linhas de produção e muitos trabalhadores são mutilados (física e emocionalmente) pela dura rotina dos frigoríferos<sup>16</sup>.

O caderno de orientações não representa apenas uma proposta de educação ambiental. É, também, um meio de expressar como uma cidade propõe condições para que um determinado grupo se comporte em uma regra de etiqueta cumprido por poucos. Enquanto diferentes grupos (religiosos ou não) fazem uso de espaços da cidade, coube à prefeitura elaborar uma “orientação” específica aos umbandistas.

O material “Caderno de Orientações” revela até na linguagem como a tratativa é diferenciada. Utilizando-se de uma iconografia infantil, com ilustrações inspiradas em algum livro do MOBREAL, o material ignora que a prática da umbanda em Uberlândia é antiga e está ali há décadas. Seria realmente necessário produzir um documento para ensinar aos praticantes que o culto é o respeito à natureza, algo que é indissociável ao fazer da umbanda?

Então a gente cultua o Orixá, o Orixá é a força da natureza. Tem orixá vento, orixá raio, tem o orixá água-doce, tem o orixá água-salgada, então nós cultuamos a natureza. E hoje, o que cura as pessoas é a natureza. Então você dá para a natureza, para receber em troca da natureza.<sup>17</sup>

Na própria interlocução com alguns praticantes umbandistas, a religiosidade surge como prática de utilizar recursos da natureza com o propósito de curar doenças e males do corpo físico e espiritual. É possível questionar se o propósito da cartilha é, realmente, educação ambiental ou mais um meio de orientação social.

A conclusão que propomos é a de entender como uma parcela da cidade de Uberlândia estabelece um meio de dialogar com os praticantes da umbanda, que não está muito distante da manchete do Jornal Correio da década de 1950. O mesmo veículo

<sup>15</sup>Entrevista realizada com “Mãe Irene” e “Pai Alysson”, em julho de 2013.

<sup>16</sup>Sobre a condição dos trabalhadores dos frigoríferos nacionais, recomendamos o documentário “Carne e Osso”, (Diretores: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros, Brasil - Repórter Brasil, 2011).

<sup>17</sup>Entrevista realizada com Pai Sérgio, em outubro de 2009.



de comunicação que propõe, antes, a criminalização da prática da umbanda, expressa agora uma leitura que mostra estes trabalhadores, sobretudo os mais pobres, como exóticos ou ‘estrangeiros’ à Uberlândia. São personagens de “alguma” festa estranha, de gente esquisita.

As palavras mudam, mas o teor coercitivo permanece. A umbanda e os umbandistas ainda são marginalizados por diferentes práticas e discursos, e respondem com estratégias distintas. Eis um reflexo de como as condições históricas compõem a transformação das relações sociais na e pela cidade. Mais do que um preconceito contra uma religião, visto que o kardecismo é uma ‘filosofia’ aceita nos espaços públicos, há uma evidente discriminação aos trabalhadores que praticam a umbanda, sobretudo pela condição social, em que é predominante o número de operários simples, com pouco ou nenhum *status quo*.

Estudar essas relações entre uma (parcela da) cidade contra a prática e praticantes da umbanda revela como o terreno social possui preconceitos, não contra o mundo metafísico ou mágico “irracional”, mas contra a pobreza. Em uma cidade que se auto elege progressista (mesmo sobre os escombros de políticos coronelistas), ter no mesmo lugar trabalhadores que se articulam, se defendem, se organizam e proporcionam um fazer social e cultural é um incômodo que no entender elitista-progressista precisa ser corrigido. Seja por Cadernos de Orientação, seja pela veiculação de notícias que definem como crime ou folclórico as festas religiosas dos umbandistas, discutir esta relação de parcela hegemônica da cidade contra um grupo de trabalhadores pode indicar como um problema quais deuses e demônios são/estão eleitos na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A. *História Oral e Memória: Entrevista com Alessandro Portelli* in *História e Perspectivas*. Uberlândia: Edufu, v. 25/26, 2001/2002, p. 27-54.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CABRERA, Lydia. *Iemanjá e Oxum*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun in MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Org.). *Outras Histórias: Memórias e linguagens*. Introdução. São Paulo: Olho d’água, 2006.
- FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Ed. Olhos d’Água. São Paulo, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, Stuart. Notas Sobre a Desconstrução do “Popular” In.: *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KHOURY, Yara Aun et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias: cultura e o sujeito na história*. In.: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2005.
- LOPES, Rodrigo. *Olhares sobre a Umbanda: o cultural de orixás na e pela cidade de Uberlândia (1930/1940 e 1990/2000)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: INHIS/UFU, 2006.
- MARIANO, Ricardo. *Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal*. *Estud. av.* [online]. 2004, vol. 18, no. 52 [cited 2006-12-05], pp. 121-138. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=en&nrm=iso). ISSN 0103-4014.
- RIBEIRO, Raphael Alberto. *Almas Enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932 – 1970)*. Dissertação de Mestrado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- PRANDI, R. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução de Denese Bottman, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.